



A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL

Antes de adentrar no dia 15 de novembro de 1889, é preciso lembrar dos anos que antecederam esse dia, e precisamente vou em 1860 até 1890, época que a maçonaria muito contribuiu com a proclamação da república no Brasil.

Esta é uma História de apenas 30 anos da Maçonaria brasileira, em relação à atuação político-social de muitos de seus componentes, numa época agitada e de grandes transformações sociais. Foram 30 anos – de 1860 a 1890 - em que diversos acontecimentos importantes e inclusive modificadores de toda a estrutura social Brasileira, ocorreram concomitantemente, ou em rápida sequência.

Era a época em que os maçons brasileiros, nas Lojas, na imprensa, ou na Tribuna, já vinham preocupando com a grave questão da escravatura no Brasil, e em sequência, com a hipótese de um terceiro reinado, o qual poderia dar sobrevida a um sistema, que já esgotara e que vinha sendo rejeitado em muitas partes do mundo. E ao mesmo tempo em que se desenrolavam os dois movimentos – O ABOSLUCIONISTA E O REPUBLICANO- ocorria a questão religiosa brasileira, que teria uma certa influência no incremento do movimento republicano, por ter indisposto o alto clero com o imperador.

Nessa época foi fundado o GOB matriz da Maçonaria brasileira- fundado em 17 de junho de 1822 - era a única Obediência Maçônica no País.

O que é importante frisar é que o GOB, como instituição, não participou das campanhas da abolição e da implantação da república. Esta participação foi das lojas e de maçons, que se empenharam em ambas as campanhas, sob a égide os princípios da instituição, mas sem que esta tomasse, oficialmente partido, como acontecera em 1822 por ocasião da Independência do Brasil.

Aos 17 de junho de 1822 fora criada a primeira obediência maçônica do Brasil o Grande Oriente Brasílico, ou Brasiliano, com a finalidade principal de lutar pela independência do Brasil, e para isso a Loja Comércio e Artes criada em 1815 e reerguida em 1821 foi dividida em 3 lojas além dela mesma a União e tranquilidade, e Esperança de Niterói. Assim iniciara a participação dos irmãos no período agitado do Império que regia no Brasil, nas mãos do Imperador Dom Pedro II (Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1825 – alcunhado o *Magnânimo* foi o segundo e último monarca do Império do Brasil, tendo

reinado o país durante um período de 58 anos. Nascido no Rio de Janeiro, foi o filho mais novo do Imperador Dom Pedro I do Brasil e da Imperatriz Dona Maria Leopoldina de Áustria e, portanto, membro do ramo brasileiro da Casa de Bragança. A abrupta abdicação do pai e sua viagem para a Europa tornaram Pedro imperador com apenas cinco anos, resultando em uma infância e adolescência tristes e solitárias. Obrigado a passar a maior parte do seu tempo estudando em preparação para imperar, ele conheceu momentos breves de alegria e poucos amigos de sua idade. Suas experiências com intrigas palacianas e disputas políticas durante este período tiveram grande impacto na formação de seu caráter. Pedro II cresceu para se tornar um homem com forte senso de dever e devoção ao seu país e seu povo. Por outro lado, ele ressentiu-se cada vez mais de seu papel como monarca.

Herdando um Império no limiar da desintegração, Pedro II transformou o Brasil numa potência emergente na arena internacional. A nação cresceu para distinguir-se de seus vizinhos hispano-americanos devido a sua estabilidade política, a liberdade de expressão zelosamente mantida, respeito aos direitos civis, a seu crescimento econômico vibrante e especialmente por sua forma de governo: uma funcional monarquia parlamentar constitucional. O Brasil também foi vitorioso em três conflitos internacionais (a Guerra do Prata, a Guerra do Uruguai e a Guerra do Paraguai) sob seu reinado, assim como prevaleceu em outras disputas internacionais e tensões domésticas.

O 15/11/1889

O quinze de novembro é uma data sem prestígio no calendário cívico brasileiro. Ao contrário do Sete de Setembro, Dia da Independência, comemorado em todo o país com desfiles escolares e militares, o feriado da Proclamação da República é uma festa tímida, geralmente ignorada pela maioria das pessoas. Sua popularidade nem de longe se compara à de algumas celebrações regionais. As efemérides espalhadas pelo Brasil afora exaltam vitórias, confronto ou revoltas locais, respectivamente a expulsão dos portugueses de Salvador; a Batalha do Jenipapo no sertão Piauiense ao final da guerra da Independência; o início da Revolução Farroupilha; e Revolução Constitucionalista liderada pelos Paulistas em 1932. São eventos históricos que nem todos brasileiros conhecem, porém com os quais a população local fortemente se identifica. Isso não ocorre com a data da criação da República brasileira. Resta-nos então, aqui reunidos lembrar tamanha façanha, praticada pelos nossos irmãos fraternos, pra que tais fatos não pereçam, nem caiam no esquecimento.

A Proclamação da República Brasileira foi um levante político-militar ocorrido em 15 de novembro de 1889 que instaurou a forma republicana federativa presidencialista de governo no Brasil, derrubando a monarquia constitucional parlamentarista do Império do Brasil e, por conseguinte, pondo fim à soberania do imperador dom Pedro II. Foi, então, proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil.

A proclamação ocorreu na Praça da Aclamação (atual Praça da República), na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil, quando um grupo de militares do exército brasileiro, liderados pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca, destituiu o imperador e assumiu o poder no país.

Foi instituído, naquele mesmo dia 15, um governo provisório republicano. Faziam parte, desse governo, organizado na noite de 15 de novembro de 1889, personagens republicanos, todos membros regulares da maçonaria brasileira, o marechal Deodoro da Fonseca como presidente da república e chefe do Governo Provisório; o marechal Floriano Peixoto como vice-presidente; como ministros, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Campos Sales, Aristides Lobo, Demétrio Ribeiro e o almirante Eduardo Wandenkolk,

Personagens que são nomes onipresentes em praças e ruas de nossa cidade, e tantas outras brasileiras, mas pergunte a qualquer estudante do ensino médio quem foram esses homens e a resposta certamente demorará a vir. Nas escolas ensina-se mais sobre o Português Pedro Álvares Cabral, descobridor das Terras de Santa Cruz, como o Brasil era conhecido em 1500, ou Tiradentes, o herói da Inconfidência Mineira de 1789, dos que sobre os criadores da República, episódio bem mais recente, ocorrido há pouco mais de um século. A história Republicana é menos conhecida, menos estudada e ainda menos celebrada do que os heróis e eventos no Brasil monárquico e Imperial, que cobrem um período relativamente mais curto, de apenas 67 anos.

A julgar pela memória cívica nacional, o Brasil tem uma república mal-amada.

O dia 15 de novembro de 1889 amanheceu repleto de promessas cujo significado na época as massas pobres, analfabetas e recém-saídas da escravidão desconheciam. Nas proclamações e discursos dos propagandistas republicanos, anunciava-se o fim da tirania representada pelo “poder pessoal” do Imperador Pedro II. Dizia que um carcomido sistema de castas e privilégios herdados ainda da colonização portuguesa, acabava de ser posto por terra. Na nova era de prosperidade geral, inaugurada pela República, a construção de um futuro glorioso estava ao alcance das mãos. Haveria menos injustiça e mais oportunidade gerais. Chamados a participar da condução dos destinos nacionais, todos os brasileiros teriam, finalmente, VEZ, VOZ E VOTO.

Por 67 anos o Brasil se manteve como a única Monarquia duradoura nas Américas, mas tratava-se de um regime condenado pelas suas próprias contradições. O imperador Pedro II (grão mestre geral de 1890 A 1891) um intelectual respeitado, governou um país dominado pela escravidão pelo analfabetismo e pelo latifúndio. O império brasileiro se caracterizou por um sistema de toma lá dá cá, no qual fazendeiros e senhores de escravos apoiavam o governo e, em troca, recebia títulos de nobreza não hereditários. A República chegou igualmente marcada pelas incongruências tanto quanto a Monarquia que a precedeu. Os propagandistas republicanos, os maçons da época defendiam, dentre outras promessas, o fim dos privilégios da nobreza, a ampliação do voto popular e a garantia à liberdade de expressão. O novo regime nasceu, porém, descolado das ruas, mediante um golpe militar pelo Marechal Deodoro da Fonseca, um homem de reconhecidas simpatias monarquistas. Dessa forma o Brasil inaugurou uma peculiar República sem povo.

Então, o 15 de novembro de 1889 chegou, dizia que o governo do Brasil havia sido derrubado. Mais do que isso, o país passara por uma drástica mudança de regime. O império brasileiro, até então tido como a mais estável e duradoura experiência de governo na América Latina, com 67 anos de história, desabara na manhã de 15 de , novembro. A Monarquia cedera lugar à República. O austero e

admirado imperador Pedro II fora obrigado a sair do País. Vivia agora exilado na Europa, banido para sempre do solo em que nascera. Enquanto isso os destinos da nova República estavam nas mãos de um marechal já idoso e bastante doente, o alagoano Manoel Deodoro da Fonseca, considerado até então um monarquista convicto e amigo do Imperador deposto.

O documento assinado pelo Marechal Deodoro já na condição de chefe da nação, o governo provisório comunicava ao imperador a sua destituição e a mudança do regime. Determinou que a família imperial deixasse o país no prazo de 24 horas. A família imperial caiu prostada com a notícia. A imperatriz Teresa Cristina, e a princesa Isabel e algumas outras senhoras começaram a chorar de forma convulsiva. Dom Pedro II redigiu assim a resposta:

“à vista da representação escrita, que me foi entregue hoje, as três horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com toda a minha família para a Europa, amanhã, deixando esta pátria, de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de Chefe da Nação. Ausento-me, pois, eu com todas as pessoas de minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade”. Rio de Janeiro 16 de novembro de 1889. Dom Pedro d’Alcântara

Dom Pedro II morreu no início da madrugada de 5 de dezembro de 1891, (na França) tinha acabado de completar 66 anos, sempre alimentou secretamente a ilusão de voltar ao Brasil, e isso de fato ocorreu, mas trinta anos mais tarde. Em 1920, o presidente Epitácio Pessoa revogou, finalmente, o decreto republicano que banira a família imperial de nosso território. Em 8 de janeiro de 1921 os restos mortais do imperador e da imperatriz foram translado para a catedral de Petrópolis, onde se encontram atualmente.

“E VIVA A REPÚBLICA”

Trabalho apresentado na Loja Bello Horizonte-0574

Antonio Alves Ferreira – M.: I.: - CIM 185.273

BIBLIOGRAFIA:

1 - ENCICLOPÉDIA **WIKIPEDIA**

2 - OBRA DE JOSÉ CASTELLANI: **A MAÇONARIA NA DÉCADA DA ABOLIÇÃO E DA REPÚBLICA**

3 - REVISTA E TRABALHOS: **A TROLHA**

4- OBRA DE LAURENTINO GOMES LIVROS : **1822 e 1889**